Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Marcopolo S.A. (a "Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA.

A comercialização é efetuada no mercado interno brasileiro e no exterior através de suas controladas (em conjunto com a Marcopolo, a "Companhia").

A emissão das demonstrações financeiras da Marcopolo S.A. e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Marcopolo no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora, com exceção daqueles demonstrados na Nota 31. No caso da Marcopolo S.A. as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido registrado em controlada em conjunto (e refletido na rubrica de investimentos) existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e CPCs aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 31.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.12).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com controle compartilhado (joint ventures)

Empresas com controle compartilhado (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Portanto as demonstrações financeiras das empresas com controle compartilhado são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

(iii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.13 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas	Denominação	Moeda funcional	<u>País</u>
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar	Uruguai
Laureano S.A.	Laureano	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Remimbi	China
Marcopolo Indústria de Carroçarias Lda.	MPC	Euro	Portugal
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar	Ilhas Virgens
Marcopolo International Corporation S.A.	MIC UY	Dólar	Uruguai
Marcopolo Latinoamérica S.A.	Mapla	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rand	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
PoloAutoRus LLC.	PoloRus	Rubro	Rússia
Polo Serviços em Plásticos Ltda.	Polo Serviços	Reais	Brasil
Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar	México
Fundo de Investimentos Paradiso Multimercado.	Fundo Paradiso	Reais	Brasil
Controladas em conjunto	Denominação	Moeda funcional	País
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
San Marino Ônibus e Implementos Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Hanegas S.A.S.	Hanegas	Peso Colombiano	Colômbia
Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rupia	Índia
Coligadas	Denominação	Moeda funcional	País
MVC Componentes Plásticos Ltda.	MVC	Reais	Brasil
Poloplast Painéis e Componentes Ltda.	Painéis	Reais	Brasil
Spheros Climatização do Brasil S.A.	Spheros	Reais	Brasil
Spheros México S.A. de C.V.	Spheros México	Peso Mexicano	México
Spheros Thermosystems Colombia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	WSul	Reais	Brasil
Woul Espainas maustria e Comercio Liua.	YVOUI	rears	Diasii

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas à moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

(c) Empresas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas e controladas em conjunto incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, incluindo as relações interfinanceiras, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e outras contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanco.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro" ou "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.8.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou a Companhia de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preco de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem gastos incorridos nas aquisições, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, alocadas com base na capacidade normal de operação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração ao seu valor recuperável.

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 12).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício (Nota 12).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Gastos decorrentes de reposição de um componente a um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . o software pode ser vendido ou usado;
- . o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Marcopolo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferencas temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferencas temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferenca temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Benefícios a empregados 2.18

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas na Nota 17.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de servico como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e outros compromissos atuariais são reconhecidos no resultado abrangente do exercício.

Capital social 2.19

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Reconhecimento da receita 2.20

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e servicos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em considerações o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de venda.

(a) Venda de ônibus

As vendas dos ônibus são reconhecidas sempre que se efetua a entrega dos carros para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o produto adquirido e não há nenhuma obrigação não satisfeita que pudesse afetar a aceitação desses produtos. O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impaiment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

2.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . IAS 19 "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 11 "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 12 "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

(c) Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrentes de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente;
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações, pois os seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

2011

	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards (*)
Moedas				
Dólares americanos	204.140	12.108	61.726	227.816
Pesos argentinos	22.465	5.666	4.885	
Rúpias indianas	4.178	26.115	13.618	
Randes sul-africanos	4.759	5.649	0	5.475
Euros	939	1.039		0.170
Libras egípcias	433	647		
Pesos colombianos	12.843	13.219	11.563	
Remimbis chinês	4.516	397	6.237	
	<u>254.273</u>	64.840	98.029	233.291
				2010
	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards (*)
Moedas		_	_	_
Dólares americanos	210.216	39.596	77.471	208.323
Pesos argentinos	9.614	3.335	3.723	
Rúpias indianas	8.870	25.890	18.983	
Randes sul-africanos	8.878	13.730	, ,	12.958
Euros	456	814		
Libras egípcias	1.210	13.500		
Pesos colombianos	5.900	6.777	21.235	
Remimbis chinês	3.486	267	3.025	_
	248.630	103.909	124.437	221.281

^(*) Os contratos de forwards indicados acima referem-se a posição vendida de dólares norte-americanos para as operações no Brasil e posição comprada de dólares norte-americanos para as operações na África do Sul, cuja moeda funcional é o rande sul-africano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 20,2% das receitas previstas para 2012, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 38,7% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 27.650 (controladora) e R\$ 58.730 (consolidado) em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 31.981 e R\$ 64.510 em 31 de dezembro de 2010) representativos de 5,3% e 4,2%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e consolidado em aberto (7,1% e 5,0% em 31 de dezembro de 2010), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 2011				
Empréstimos	612.529	564.100	295.874	9.835
Instrumentos financeiros derivativos	4.690			
Fornecedores	324.261			
Em 2010				
Empréstimos	267.412	527.147	521.164	46.128
Instrumentos financeiros derivativos	788			
Fornecedores	306.901			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		9,00	11,25	13,50
TJLP - %		6,00	7,50	9,00
Taxa cambial - US\$		1,75	2,19	2,63
LIBOR - %		1,50	1,88	2,25
Custo do ACC deságio - %		4,00	5,00	6,00
	Aplicações financeiras	68.730	82.106	95.442
	Relações interfinanceiras	75.197	85.186	95.175
	Empréstimos e financiamentos	(76.920)	(101.624)	(126.382)
	Forwards	16.202	(33.487)	(83.176)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	(12.812)	31.993	76.799
		70.397	64.174	57.858

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos controladores e benefícios para demais acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionados aos objetivos são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Divida líquida/EBITDA e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores-chave foram:

- . WACC entre 8% e 12% a.a.;
- . dívida líquida/EBITDA entre 1,50x e 2,50x;
- . relação dívida/patrimônio líquido entre 25% e 75%.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

	Consolidad		
	2011	2010	
Total dos empréstimos (Nota 15) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7.1)	1.482.338 (904.318)	1.361.851 (672.12 <u>3</u>)	
Dívida líquida	578.020	689.728	
Total do patrimônio líquido	1.162.144	955.894	
Total do capital	1.740.164	1.645.622	
Índice de alavancagem financeira - %	50	72	

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Precos cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011:

		Consolidado
Nível 2	2011	2010
Ativos Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Fundo de investimento renda fixa	1.803	40.424
Derivativos para negociação Ativos disponíveis para venda	591	13.668
Certificados de depósitos bancários	116.371	128.096
	118.765	182.188
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado Derivativos para negociação	4.690	788
	4.690	788

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- (ii) Derivativos Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

- (i) Caixa e equivalente de caixa Os saldos em contas-correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos.
- (ii) Contas a receber de clientes Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços.
- (iii) Partes relacionadas Representada por empréstimos de mútuo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Disponível para venda

(i) Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

(d) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

(i) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(e) Outros passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

		2011		2010
Natureza do ativo	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	1.482.338	1.464.939	1.361.851	1.362.499

(i) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e servicos.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas (despesas) financeiras - variação cambial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Valor nocional		alor de ercado	Va receber/s	ilores a a pagar
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	<u>Final</u>	2011	2011	2010	2011	2010
Marcopolo					USD mil				
	BBA	Venda	22.09.11	08.03.12	5.450	(260)		(260)	
	Bradesco	Venda	22.09.11	26.04.12	19.500	(841)	2.859	(841)	2.859
	Brasil	Venda	22.09.11	19.01.12	1.800	92	5.243	92	5.243
	Citibank	Venda	09.06.10	24.03.11			2.064		2.064
	HSBC	Venda	10.06.10	24.02.11			871		871
	Merrill Lynch	Venda	19.09.11	26.04.12	43.150	(1.908)	2.160	(1.908)	2.160
	Santander	Venda	13.12.11	26.04.12	2.800	(40)		(40)	
	Votorantim	Venda	13.09.11	24.04.12	20.050	(682)	447	(682)	447
Ciferal						(3.639)	13.644	(3.639)	13.644
Cherai	BBA	Venda	18.10.11	24.01.12	850	(71)		(71)	
	Bradesco	Venda	05.09.11	26.04.12	18.345	(856)	23	(856)	23
	Brasil	Venda	11.10.11	23.02.12	2.750	(108)	1	(108)	1
	Santander	Venda	22.12.11	16.02.12	1.800	(16)		(16)	
						(1.051)	24	(1.051)	24
						(4.690)	13.668	(4.690)	13.668
Masa					Rand mil				
	Citibank	Compra	25.08.10	28.04.11			(63)		(63)
	ABSA	Compra	27.06.11	16.05.12	2.920	591	(725)	591	(725)
						591	(788)	591	(788)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 conforme abaixo:

		Ganhos/perdas	<u>realizados</u>
	Juros sobre derivativos	Variação cambial sobre derivativos	
	2011 2010	2011	2010
Marcopolo Ciferal Masa	14.051 14.805 1.882 12 (290)	(20.617) (5.855) 1.318	14.011 18 798

6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Controladas

			Percentual de	participação e
		2011		2010
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Banco Moneo		100,00		100,00
Ciferal	99,99	0,01	99,99	0,01
Ilmot	100,00		100,00	
Laureano		100,00		100,00
MAC	100,00	,	100,00	,
MPC	70,00	30,00	70,00	30,00
MIC	100,00		100,00	
MIC UY	100,00		100,00	
Mapla	99,99	0,01	99,99	0,01
Masa	100,00		100,00	
Trading	99,99		99,99	
Moneo	100,00		100,00	
PoloRus	100,00		100,00	
Polo Serviços	99,00	1,00	99,00	1,00
Polomex	3,61	70,39	3,61	70,39
Syncroparts	99,99	0,01	99,99	0,01
Fundos				
Fundo Paradiso			100,00	

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados.
- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Empresas com controle compartilhado (joint ventures)

		Percentu		
		2011		2010
	Direta	<u> Indireta</u>	Direta	Indireta
Controladas em conjunto				
GB Polo	49,00		49,00	
Loma	50,00		40,00	
Metalpar		50,00		40,00
Marsa		50,00		40,00
San Marino	45,00		45,00	
Rotas do Sul		45,00		45,00
San Marino México		45,00		45,00

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Percentual de	participação
		2011		2010
	Direta	<u>Indireta</u>	Direta	Indireta
Superpolo Hanegas	49,875	50,00 0,125		50,00
TMML	49,00		49,00	

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

		Ativo		Passivo	Receita líquida		Lucro (Lucro (prejuízo)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
GBPolo Loma San Marino Superpolo Hanegas	70.013 89.163 204.064 134.932 4.874	71.694 58.438 180.895 116.210	52.269 43.080 142.753 77.130 5.519	45.510 28.490 153.633 80.306	13.392 193.566 381.401 250.232	34.563 116.538 315.677 121.766	(9.381) 21.385 29.832 21.824 (648)	(2.978) 9.048 13.206 8.904	
TMML	125.958	147.247	81.411	107.669	180.598	194.476	7.237	(2.031)	

(c) Coligadas (não consolidadas)

			Percentual de	participação	
		2011		2010	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Coligadas					
MVC	26,00		36,00		
Painéis		26,00		36,00	
Spheros	40,00		40,00		
Spheros Colombia		40,00		40,00	
Spheros México		40,00		40,00	
WSul	30,00		30,00		

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

		Ativo		Passivo	Receita líquida		Lucro	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
MVC Spheros WSul	104.587 41.946 10.167	69.927 45.135 12.289	70.297 16.371 2.053	45.201 18.988 3.072	120.915 114.854 20.237	103.015 95.822 19.537	9.554 13.875 1.396	5·759 11.024 1.981

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
Caixa e depósitos bancários No Brasil No exterior	24.979	40.673	35.921 26.207	51.910 31.253	
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata No Brasil (*) No exterior	714.970	508.248	840.965 1.225	588.673 287	
Total do caixa e equivalente de caixa	739.949	548.921	904.318	672.123	

^(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 95,5% e 107% do CDI, resultando uma média ponderada de 102,01% do CDI em 31 de dezembro de 2011.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

		Controladora		Consolidado
M (1)	2011	2010	2011	2010
Mantidos para negociação Fundos de investimentos de renda fixa Derivativos - mercado a termo (<i>Non</i>	1.803	40.424	1.803	40.424
Deliverable Forwards) (*)		13.644	591	13.668
	1.803	54.068	2.394	54.092
Disponíveis para venda Certificados de depósitos bancários	116.152	127.980	116.371	128.096
	116.152	127.980	116.371	128.096

^(*) Em 31 de dezembro de 2011 a controladora apurou uma perda não realizada no montante de R\$ 3.639 e consolidado o montante de R\$ 4.690 (R\$ 788 consolidado em 2010) em suas operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado a termo, as quais foram classificadas no passivo circulante.

Os certificados de depósitos bancários são remunerados a taxas que variam entre 11,0% a.a. e 13,2% a.a., resultando uma média ponderada de 12,6% a.a.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accouting* de acordo com IAS 39.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se mensurados a seu valor justo. Os ganhos e perdas apurados são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
No mercado nacional	362.855	290.269	487.496	419.966
No mercado externo	157.761	160.615	236.916	217.786
Relações interfinanceiras			255.275	228.445
Ajuste a valor presente	(3.267)	(2.877)	(5.374)	(3.989)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.650)	(31.981)	(54.096)	<u>(51.744</u>)
	489.699	416.026	920.217	810.464
Não circulante				
No mercado externo				1.222
Relações interfinanceiras			438.459	437.244
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(4.634)	(12.766)
			433.825	425.700
	489.699	416.026	1.354.042	1.236.164

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
Valores a vencer Vencidos:	394.207	342.604	1.230.882	1.129.910	
Até 30 dias	42.388	36.151	62.799	77.553	
Entre 31 e 60 dias	13.158	14.432	18.702	28.340	
Entre 61 e 90 dias	6.234	5.865	10.123	6.792	
Entre 91 e 180 dias	15.614	7.349	26.699	11.915	
Acima de 181 dias	49.015	44.483	68.941	50.153	
Ajuste a valor presente	(3.267)	(2.877)	(5.374)	(3.989)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.650)	(31.981)	(58.730)	(64.510)	
	489.699	416.026	1.354.042	1.236.164	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2010 Provisão registrada no exercício Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>) Variação cambial	(27.045) (4.936)	(63.405) (11.928) 10.823
Saldo em 31 de dezembro de 2010 Provisão registrada no exercício Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>) Variação cambial	(31.981) (6.361) 10.692	(64.510) (14.042) 21.408 (1.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(27.650)	(58.730)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora			Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Reais	331.938	255.411	1.131.018	1.030.543
Dólar Norte-americano	157.761	160.615	172.391	166.566
Euro			939	456
Peso Argentino			22.918	10.240
Peso Colombiano			12.843	5.899
Peso Mexicano			47	16
Rande			4.759	8.878
Rupia			4.178	8.870
Libra Egípcia			433	1.210
Remimbi			4.516	3.486
	489.699	416.026	1.354.042	1.236.164

Estoques 9

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados	103.036	48.575	120.830	68.539
Produtos em elaboração Matérias-primas e auxiliares	30.066 115.886	29.808 105.794	45.884 190.158	46.535 179.108
Adiantamentos a fornecedores e outros	3.524	10.834	14.472	21.689
Provisão para perdas nos estoques	(389)	(878)	(3.014)	(4.423)
	252.123	194.133	368.330	311.448

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2010	(1.081)	(2.755)
Reversão de provisão	878	2.552
Provisão registrada no exercício	(675)	(4.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(878)	(4.423)
Reversão de provisão	1.054	2.025
Provisão registrada no exercício	(565)	(616)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(389)	(3.014)

Impostos e contribuições a recuperar 10

		Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
Circulante					
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	12.651	26.437	14.397	27.236	
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	5.072	10.146	5.719	11.347	
Imposto sobre produtos industrializados (IPI) Imposto sobre Circulação de Mercadorias	4.967	23.477	7.502	25.226	
e Serviços (ICMS)	3.862	3.008	4.893	5.467	
Programa de Integração Social (PIS) Contribuição para Financiamento da	561	569	1.059	1.242	
Seguridade Social (COFINS)	1.687	1.719	5.292	4.500	
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)			13.103	11.243	
Outros	1.387		1.501	883	
	30.187	65.356	53.466	87.144	
Não circulante Imposto sobre circulação de mercadorias e					
serviços (ICMS)	1.712	1.669	1.921	1.902	
Imposto sobre valor agregado (IVA)			1.871	1.073	
	1.712	1.669	3.792	2.975	
	31.899	67.025	57.258	90.119	

Investimentos 11

	Co	<u>ontroladora</u>		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Controladas Controladas em conjunto	434.163 146.285	349.755 115.460		
Coligadas Outros investimentos	21.577	22.133	21.577 22 <u>5</u>	22.133 139
	602.025	487.348	21.802	22.272

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimento em controladas, controladas em conjunto e coligadas (a)

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

														Co	ntroladas
															Total
	Ciferal	llmot	Mac	Mapla	Masa	MIC	MPC	Moneo	PoloRus	Polo	Polomex	Syncro	Trading	2011	2010
Dados dos Investimentos Capital social Patrimônio líquido ajustado Ações ou quotas possuídas % de participação Lucro (prejuízo) líquido do exercício	20.000 162.680 499.953 99,99 52.779	28.877 54.293 50.000 100,00 10.317	6.132 6.092 1 100,00 384	(1) 865 590 4.000 99,99 (124)	7.211 26.654 100.000 100,00 3.077	2.625 1.144 1.400.000 100,00 2.756	(1) 3.296 (8.330) 1 70,00 (635)	100.000 158.962 100.000 100,00 25.806	(1) 426 258 1 100,00 53	500 9.083 1 99,00 629	16.527 35.953 3.011.659 3,61 3.380	4.000 14.238 1 99,99 920	3.000 4.795 3.450.103 99,99 538		
Movimentação dos investimentos Saldos iniciais: Pelo valor patrimonial Integralização de capital	109.900	42.934	3.019 1.208	704	25.589	(1.448)	(4.796)	139.285	190	8.370	1.041	13.317	11.650	349·755 1.208	264.445 5.249
Aquisição de participação Dividendos recebidos Resultado de equivalência patrimonial Ajustes acumulados de conversão Ganho/perda de capital em investimentos Redução capital Alienação de investimentos Saldos finais:	52.779	(4.220) 10.317 5.262	384 1.481	(124) 17	3.077 (2.012)	2.756 (166)	(444) (590)	(6.129) 25.806	53 15	623	122 135	920	(7.400) 538	(17.749) 96.807 4.142	20 (6.848) 98.973 (3.521) (7.949) (180) (434)
Pelo valor patrimonial	162.679	54.293	6.092	597	26.654	1.142	(5.830)	158.962	258	8.993	1.298	14.237	4.788	434.163	349.755

				Contro	ladas em con	junto (joint	ventures)
							Total
	GBPolo (1)	Hanegas (1)	Loma (1)	San Marino	<u>TMML</u> (1)	2011	2010
Dados dos investimentos Capital social Patrimônio líquido ajustado Ações ou quotas possuídas % de participação Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.490 17.743 4.803.922 49,00 (9.382)	4 (644) 1.800 49,875 (648)	20.658 46.082 15.949.948 50,00 21.386	14.992 54.502 7.478.482 45,00 29.832	60.078 44.547 24.500 49,00 7.238		
Movimentação dos investimentos Saldos iniciais: Pelo valor patrimonial Integralização de capital Aquisição de participação Ágio	12.830	2	32.903 2.260 9.527	50.334	19.393	115.460 2 2.260 9.527	100.695 13.930
Dividendos recebidos Resultado de equivalência patrimonial Ajustes acumulados de conversão	(4.597) 461	(323)	(3.302) 10.693 1.413	(1.189) 13.424 21	3.547 (1.112)	(4.491) 22.744 783	(2.702) 7.109 (3.572)
Saldos finais: Pelo valor patrimonial	8.694	(321)	53.494	62.590	21.828	146.285	115.460

(1) Controlada no exterior.

⁽²⁾ Com a entrada em vigor do CPC 2 "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", a controlada passou a utilizar o dólar norte-americano como moeda funcional.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Coligadas
					Total
	MVC	Spheros	WSul	2011	2010
Dados dos investimentos					
Capital social	34.011	15.000	6.100		
Patrimônio líquido ajustado	34.280	25.575	8.114		
Ações ou quotas possuídas	1	244.898	1.830.000		
% de participação	26,00	40,00	30,00		
Lucro líquido do exercício	9.554	13.785	1.396		
Movimentação dos investimentos					
Saldos iniciais:					
Pelo valor patrimonial	8.914	10.454	2.765	22.133	19.188
Dividendos recebidos		(5.632)	(750)	(6.382)	(2.247)
Resultado de equivalência patrimonial	2.472	5.513	419	8.404	7.084
Ajustes acumulados de conversão		(105)		(105)	5
Alienação de investimento	(2.473)			(2.473)	(1.897)
Saldos finais:					
Pelo valor patrimonial	8.913	10.230	2.434	21.577	22.133

(b) Alienação de investimentos

A Marcopolo e sua controlada Trading, detentoras, respectivamente, de 99,99974% e 0,00026% do capital social da MVC, localizada em São José dos Pinhais, PR, assinaram com a empresa Artecola Termoplásticos Ltda. ("Artecola"), com sede em Campo Bom, RS, contrato definitivo, no qual transferem, por compra e venda, para a Artecola, 74% das quotas representativas do capital social da MVC, sendo os últimos 10% da venda efetivados em 25 de fevereiro de 2011. Os negócios da MVC relativos à Casa Prática (Painéis, sediada em São José dos Pinhais, PR), bem como os negócios relativos à Poloplast, sediada no México, não estão incluídos nessa negociação.

(c) Aquisição de participação em joint ventures

De acordo com o IFRS, é aplicado o método de compra. O custo da combinação de negócios deve ser medido pelo valor justo, na data da aquisição. A entidade compradora deve alocar, na data da combinação, o custo da aquisição (incluindo os custos diretos com a transação) reconhecendo contabilmente: os ativos adquiridos identificados e os passivos e passivos contingentes assumidos, valorizados pelo valor justo, que cumpram os critérios específicos de reconhecimento contábil, mesmo quando alguns deles não tenham sido reconhecidos previamente pela sociedade adquirida em suas posições contábeis.

Quando o custo da aquisição for superior ao valor justo da participação da entidade compradora no saldo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida, a entidade compradora reconhece contabilmente um ágio originado da transação, referente a tal diferença. O ágio e outros ativos intangíveis com prazo de vida útil indefinido não são amortizados. Seu valor de recuperação deve ser avaliado no mínimo uma vez por ano e também sempre que haja um indicador de que o valor do ativo possa não ser recuperado pela entidade. Quando o valor recuperável do ágio ou de qualquer outro ativo for inferior ao valor contábil deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício.

Se a participação da entidade compradora no valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida forem superiores ao custo de aquisição, o excesso (deságio) deve ser

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

inicialmente revisado, de modo a verificar se os valores justos atribuídos a ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos foram adequadamente identificados e valorizados. Se, depois desse exercício de revisão, for concluído que um deságio foi originado da transação, o mesmo deve ser reconhecido como um ganho, imediatamente no resultado do exercício. A participação dos sócios

exercício de revisão, for concluído que um deságio foi originado da transação, o mesmo deve ser reconhecido como um ganho, imediatamente no resultado do exercício. A participação dos sócios minoritários nos ativos líquidos adquiridos deve ser registrada por seu valor justo na data da aquisição apresentada em conta específica dentro do patrimônio líquido.

Apresentamos para a aquisição de participação em joint ventures:

Loma

A Marcopolo adquiriu participação na empresa Loma no percentual de 33% em 1º de janeiro de 2008, 7% em 28º de janeiro de 2010 e 10% em 28 de janeiro de 2011, perfazendo um total de 50%.

A apuração do ágio nessas aquisições encontra-se apresentada a seguir:

Loma
32.308
23.802
9.637
14.165
(12.688)
(9.119)
(737)
(6.596)
26.970
50,00%
13.485
43.936
30.451

A Companhia apurou os valores justos dos ativos e passivos acima demonstrados com base em informações internas e dados de mercado disponíveis. Adicionalmente, a empresa contratou especialistas externos para validarem essas estimativas com relação ao valor justo da marca e do ativo imobilizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado 12

Síntese da movimentação do imobilizado (a) da controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilização em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010 Adições Baixas Transferências Depreciações	14.471	36.966 1.996 (172) 46 (1.455)	52.339 15.505 (154) 2.253 (7.666)	1.786 555 (42) (344)	3.089 1.342 (19) (1.099)	1.295 1.046 (76) (354)	98	17.729 3.155 (123) (2.299)	127.773 23.599 (586) (10.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	14.471	37.381	62.277	1.955	3.313	1.911	98	18.462	139.868
Custo do imobilizado Depreciação acumulada	14.471	97.927 (60.546)	142.875 (80.598)	5.596 (3.641)	12.027 (8.714)	3.754 (1.84 <u>3</u>)	98	18.462	295.210 (155.342)
Valor residual	14.471	37.381	62.277	1.955	3.313	1.911	98	18.462	139.868
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições Baixas Transferências Depreciações	14.471 30	37.381 4.166 (1.261) 15.362 (1.812)	62.277 16.646 (330) 1.311 (9.394)	1.955 979 (13) (380)	3.313 1.700 (43) (1.284)	1.911 775 (106) (424)	98	18.462 8.805 (19) (16.673)	139.868 33.101 (1.772) (13.294)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.501	53.836	70.510	2.541	3.686	2.156	98	10.575	157.903
Custo do imobilizado Depreciação acumulada	14.501	116.194 (62.358)	157.909 (87.399)	6.471 (3.930)	13.243 (9.557)	4.278 (2.122)	98	10.575	323.269 (165.366)
Valor residual	14.501	53.836	70.510	2.541	3.686	2.156	98	10.575	157.903
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0	13,0		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilização em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010 Efeito cambial	24.217 (826)	86.077 15.279	119.799 (16.594)	4.067 525	3.574 (187)	3.550 619	10.516 (3.053)	30.478 2.183	282.278 (2.054)
Adições Baixas Transferências	15 (1)	16.136 (616) 1.676	30.233 (2.570) 1.714	2.028 (42) 2.013	1.603 (20)	1.863 (205) (420)	2.843 (1.086) 46	18.167 (4.443) (5.029)	72.888 (8.983)
Depreciações		(3.838)	(17.337)	(1.221)	(1.219)	(972)	(781)		(25.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	23.405	114.714	115.245	7.370	3.751	4.435	8.485	41.356	318.761
Custo do imobilizado Depreciação acumulada	23.405	195.532 (80.818)	239.745 (124.500)	13.667 (6.2 <u>97</u>)	13.448 (9.69 <u>7</u>)	8.682 (4.247)	13.389 (4.904)	41.356	549.224 (230.46 <u>3</u>)
Valor residual	23.405	114.714	115.245	7.370	3.751	4.435	8.485	41.356	318.761
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Efeito cambial Adições Baixas	23.405 153 1.023	114.714 1.223 8.895 (1.339)	115.245 (2.003) 27.021 (2.601)	7.370 (98) 1.808 (30)	3.751 2 1.793 (43)	4.435 337 2.031 (1.018)	8.485 (161) 4.757 (1.103)	41.356 1.664 20.145 (274)	318.761 1.117 67.473 (6.408)
Transferências Depreciações	148	20.846 (4.20 <u>4</u>)	4.613 (16.34 <u>5</u>)	141 (1.10 <u>7</u>)	66 (1.314)	260 (944)	(4.451) (3.462)	(21.623)	(27.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	24.729	140.135	125.930	8.084	4.255	5.101	4.065	41.268	353.567
Custo do imobilizado Depreciação acumulada	24.729	224.438 (84.30 <u>3</u>)	267.126 (141.196)	15.640 (7.556)	14.942 (10.687)	10.069 (4.968)	9.854 (5.789)	41.268	608.066 (254.499)
Valor residual	24.729	140.135	125.930	8.084	4.255	5.101	4.065	41.268	353.567
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0	13,0		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado da controlada Ciferal, em garantia de empréstimos na modalidade FINEP no montante de R\$ 13.500 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 13.500 em 31 de dezembro de 2010).

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

13 Ágio e intangível

(a) Síntese da movimentação do intangível da controladora

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	20.486	188	20.674
Adições	1.701		1.701
Baixas	(4)		(4)
Amortizações	(6.973)	(58)	(7.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.210	130	15.340
Custo do intangível	42.505	1.216	43.721
Amortização acumulada	(27.29 <u>5</u>)	(1.086)	(28.381)
Valor residual	15.210	130	15.340

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições Baixas	15.210 1.367 (2)	130	15.340 1.367 (2)
Amortizações	(7.09 <u>5</u>)	(36)	(7.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	9.480	94	9.574
Custo do intangível Amortização acumulada	43.867 (34.38 <u>7</u>)	1.216 (1.122)	45.083 (35.509)
Valor residual	9.480	94	9.574
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Outros	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	21.747	307	492	49.341	71.887
Efeito cambial	508	(36)	(488)	49.341	(16)
Adições	3.467	70	(400)	6.585	10.122
Baixas	(14)	(4)	(22)	0-0	(40)
Transferências	(294)	140	154		(1-)
Amortizações	(8.876)	(99)	(136)		(9.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.538	378		55.926	72.842
Custo do intangível	46.505	1.464	1.235	55.926	105.130
Amortização acumulada	(29.967)	(1.086)	(1.235)		(32.288)
Valor residual	16.538	378		55.926	72.842
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.538	378		55.926	72.842
Efeito cambial	36				36
Adições	1.791	15	1.318	9.527	12.651
Baixas	(26)				(26)
Transferências	1.318		(1.318)		
Amortizações	(8.172)	(36)			(8.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11.485	357		65.453	77.295
Custo do intangível	49.599	1.480	497	65.453	117.029
Amortização acumulada	(38.114)	(1.123)	(4 <u>97</u>)		(39.734)
Valor residual	11.485	357	<u></u>	65.453	77.295
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0			

(c) Teste de ágio para verificação de *impairment*

Composto pelos ágios gerados na aquisição dos investimentos na San Marino e na Loma nos montantes de R\$ 65.453, sendo R\$ 35.002 na San Marino e R\$ 30.451 na Loma.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As projeções foram elaboradas para o período de cinco anos e as premissas utilizadas para determinar o valor justo através do método de fluxo de caixa descontado incluem as projeções de fluxos de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento.

A média das premissas utilizadas no cálculo nas unidades geradoras de caixa são as seguintes:

<u>-</u>		San Marino		Loma
<u>-</u>				Percentual
Testes do ágio para verificação de impairment	2011	2010	2011	2010
Margem bruta orçada	19,50	19,25	29,60	20,92
Taxa de crescimento esperado	8,08	4,34	15,48	6,63
Taxa de desconto	13,11	10,46	1,29	8,79

Os ágios representam o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

A Companhia aplicou as disposições do IFRS 3 para as aquisições de subsidiárias ocorridas após a data de transição para o IFRS.

O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. A Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio e os testes efetuados não identificaram perdas no exercício.

14 Partes relacionadas

(a) Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do período encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

	Saldos ativos por mútuo e conta- -corrente	Saldos passivos por mútuo e conta- -corrente	Contas a receber	Contas a pagar	Vendas de produtos/ serviços	Compras de produtos/ serviços	Receitas finan- ceiras	Despesas finan- ceiras
Controladas								
Moneo Investimentos	27						2	
Ciferal		9	17.613	20	91.088	822	94	
Ilmot	644						20	
GB Polo	19.705		291		181		157	
MAC			86		581			
Mpc			8.939					
Mapla		21						
Masa			10.101		22.282	53		
Loma Hermosa			93		324	101		
Trading	7							
Polo	47						1	
Polomex			4.466	46	39.555	921		
San Marino			659	121	4.188	1.515		
Superpolo			3.298		11.577	28		
Syncroparts	2							
TMML			3.534		4.493			
Saldo em 2011	20.432	30	49.080	187	174.269	3.440	274	
Saldo em 2010	19.408	12	65.954	544	194.002	1.434	158	20

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos ativos por mútuo e conta- -corrente	Saldos passivos por mútuo e conta- -corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/ serviços	Compras de produtos/ serviços	Receitas finan- ceiras	Despesas finan- ceiras
Coligadas MVC Spheros WSul			489 1	1.062 2.842 753	1.315	12.682 44.678 8.256		
Saldo em 2011			490	4.657	1.315	65.616		
Saldo em 2010			319	4.887	755	31.518		

Os saldos de mútuos e contas corrente de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

				2011
	<u> </u>	Variável	Plano de aposentadoria	Total
Conselho de administração e diretores estatutários Diretores não estatutários	9.002 5.314	7.699 3.069	112 167	16.813 8.550
	14.316	10.768	279	25.363

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram exercidas as opções de compra de 1.068.901 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de mercado de R\$ 5,75 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

					2010
	Fixa	<u>Variável</u>	Plano de aposentadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.262	7.060	83	71	15.476
Diretores não estatutários	5.384	19.586	187	206	25.363
	13.646	26.646	270	277	40.839

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram exercidas as opções de compra de 193.636 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 6,32 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média	Controladora		Consolidado		
	ponderada - % a.a.	2011	2010	2011	2010	
Moeda nacional						
FINAME	6,93	9.474	8.177	13.356	10.341	
Empréstimos bancários	9,00	1.414	1.215	8.980	18.951	
FINEP	5,62	107.312	110.416	116.156	118.156	
Pré-embarque especial	5,42	648.166	516.095	648.166	516.095	
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	2,14	20.666		20.666	15	
Pré-pagamento de exportação em			_			
dólares norte-americanos	3,87	48.272	60.743	48.272	61.143	
Financiamento em dólares	4,50			19.377	15.525	
Financiamento em pesos argentinos	17,28			4.885	3.723	
Financiamento em pesos colombianos	5,17			11.563	21.235	
Financiamento em rupias indianas	9,37			13.617	18.982	
Financiamento em reminbi	4,20			6.237	3.025	
Captações no mercado aberto Moeda nacional						
BNDES	TJLP + 1,00			571.063	574.660	
		835.304	696.646	1.482.338	1.361.851	
Passivo circulante		(376.809)	(58.031)	(612.529)	(267.412)	
Passivo não circulante		458.495	638.615	869.809	1.094.439	

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>C</u>	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010		
De 13 a 24 meses De 25 a 36 meses Após 36 meses	395.935 52.894 9.666	341.909 282.756 13.950	564.100 295.874 9.835	527.147 521.164 46.128		
	<u>458.495</u>	638.615	869.809	1.094.439		

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 13.356 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 10.341 em 31 de dezembro de 2010) e o empréstimo bancário da modalidade FINEP possui garantia com bens imóveis no valor de R\$ 15.800 e fianças bancárias.

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre as mesmas incidem encargos financeiros de 1% ao ano mais a variação da TJLP.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor de face e valor justo da parcela de longo prazo das captações no mercado aberto são:

	Valor de	Valor de face (futuro)		o (presente)
	2011	2010	2011	2010
De 13 a 24 meses De 25 a 36 meses Após 36 meses	173.205 124.076 127.134	167.398 128.222 148.628	154.728 113.802 119.811	148.219 117.360 139.773
	424.415	444.248	388.341	405.352

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproximam do seu valor justo.

16 Provisões

(a) Cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

			Co	ntroladora
		2011		2010
Natureza da provisão	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	200	83	152	
Trabalhista	1.733	3.465	2.147	4.294
Tributário	4.108	169.520	2.211	238.153
	6.041	173.068	4.510	242.447
			Co	onsolidado
		2011	Co	onsolidado 2010
Natureza da provisão	Provável	2011 Possível	Provável	
Natureza da provisão Cível		Possível	Provável	2010 Possível
	582	Possível 83	Provável	2010 Possível
Cível		Possível	Provável	2010 Possível

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
iciais	06.1		4.500	
	964		1.503	
	436	704	1.454	1.539
	3.206	11.226	7.362	12.826
	4.606	11.930	10.319	14.365

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

. Provisionadas

		Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
ICMS - transferências de créditos (i) COFINS - majoração de alíquota (ii)	3.144	2.211	3.144 7.118	2.211 6.790	
Outras contingências de menor valor	964		1.159	3.296	
	4.108	2.211	11.421	12.297	

⁽i) Contingência relativa à discussão sobre ICMS - transferência de créditos decorrentes de exportação.

. Não provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
PIS, COFINS e FINSOCIAL - compensações IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via <i>tradings</i> (i) ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (ii)	4.762 1.880 159.953	4.254 1.725 229.488	4.762 1.880 159.953 13.013	4.254 1.725 229.488 11.688
ISS - serviços tomados de terceiros Outras contingências de menor valor	2.925	2.686	2.925 3.00 <u>5</u>	2.686 1.506
	169.520	238.153	185.538	251.347

⁽i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a discussões sobre o IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via *Tradings* controladas localizadas no exterior, realizadas nos anos de 1999 a 2007, que no entender do fisco caracterizam uma operação simulada. Os processos encontram-se aguardando julgamento dos recursos no Conselho

⁽ii) Contingência relativa à COFINS - majoração da alíquota, levada a efeito pela Lei 9.718/98. Os processos encontram-se em andamento no âmbito administrativo e judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administrativo de Recursos Fiscais. Em setembro de 2011, em julgamento dos processos relativos aos anos-calendário de 2001-2007, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por unanimidade, deu provimento ao recurso da empresa, cancelando integralmente os autos de infração.

(ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

Outros processos de menor valor, totalizando R\$ 12.572 (R\$ 10.171 em 31 de dezembro de 2010) a controlada, cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas que não estão reconhecidas contabilmente e, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

			C	<u>onsolidado</u>
		2011		2010
Natureza do ativo	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente Tributário Previdenciário	19.000 3.320	17.270 1.71 <u>5</u>	41.415 3.050	15.865 1.570
	22.320	18.985	44.465	17.435

(i) Contingências tributárias

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- . Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- . Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).
- . Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias

- . Contribuição ao INCRA.
- . Contribuição Social Previdenciária INSS.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Polo Serviços, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2011 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 8.845 (R\$ 7.614 em 2010). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	2011	2010	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais Valor justo dos ativos do plano Superávit não sujeito a reembolso ou de reducão nas contribuições	(159.903) 160.291	(141.767) 144.201	(159.903) 160.291	(141.767) 144.201
futuras	(388)	(2.434)	(388)	(2.434)

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foram contabilizados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Em 1º de janeiro	2.434	16.860	2.434	16.860	
Contribuições dos participantes do plano Perdas (ganhos) atuariais Benefícios pagos	7.741 (8.862) (92 <u>5</u>)	6.723 (20.538) (611)	7.741 (8.862) (92 <u>5</u>)	6.723 (20.538) (611)	
Em 31 de dezembro	388	2.434	388	2.434	

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Cor	<u>itroladora</u>	Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em 1º de janeiro	144.201	129.357	144.201	129.357
Contribuição dos patrocinadores Contribuição dos empregados Benefícios pagos Retorno esperado dos ativos do plano Ganhos (perdas) atuariais	7.741 445 (5.788) 16.400 (2.708)	6.723 437 (5.128) 13.391 (579)	7.741 445 (5.788) 16.400 (2.708)	6.723 437 (5.128) 13.391 (579)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em 31 de dezembro	160.291	144.201	160.291	144.201

A movimentação da obrigação atuarial nos períodos apresentados é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
Em 1º de janeiro	141.767	112.497	141.767	112.497	
Ganhos (perdas) atuariais Custo dos serviços correntes Custo financeiro Benefícios pagos	6.184 3.805 13.935 (5.788)	19.936 2.731 11.731 (5.128)	6.184 3.805 13.935 (5.788)	19.936 2.731 11.731 (5.128)	
Em 31 de dezembro	159.903	141.767	159.903	141.767	

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Co	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010		
Custo dos serviços correntes Custo financeiro Retorno esperado sobre os ativos do plano Contribuições de empregados	3.805 13.935 (16.400) (415)	2.731 11.731 (13.391) (460)	3.805 13.935 (16.400) (41 <u>5</u>)	2.731 11.731 (13.391) (460)		
Total incluído nos custos de pessoal	925	611	925	611		

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

Hipóteses econômicas

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Taxa de desconto	10,08	10,03	10,08	10,03
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,39	11,32	12,39	11,32
Aumentos salariais futuros	7,37	7,37	7,37	7,37
Inflação	4,24	4,24	4,24	4,24

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. Hipóteses demográficas

			Perc	entual a.a.	
	C	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	Co	ntroladora	Consolidad	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
Provisão para assistência técnica	20.407	23.980	24.230	26.212
Provisão para comissões	20.815	12.391	26.116	15.769
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.164	6.961	47.112	39.161
Provisão participação nos resultados	34.015		41.651	4.515
Provisão para contingências	6.041	2.211	16.072	17.398
Provisão sobre avais com terceiros	1.414	1.215	1.414	1.215
Provisão para perdas nos estoques	389	878	3.014	878
Provisões para serviços de terceiros	14.416	16.312	7.163	16.312
Apropriação (ganhos) perdas com derivativos	3.639	(13.644)	4.690	(12.880)
Ajuste a valor presente	2.155	(1.639)	2.844	(1.639)
Outras provisões	(6.465)	(7.353)	27.117	13.192
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social			321	7.264
Base de cálculo	106.990	41.312	201.744	127.397
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.376	14.046	68.593	43.315

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

		Controladora	Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
De 13 a 24 meses De 25 a 36 meses Após 36 meses	36.376	14.046	68.593	42.755 140 420	
	36.376	14.046	68.593	43.315	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	Co	ntroladora	Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Conciliação					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	431.255	389.420	495.960	441.957	
Alíquota nominal - %	34	34	34	34	
	146.627	132.403	168.626	150.265	
Adições e exclusões permanentes					
Équivalência patrimonial	(43.505)	(38.476)	(2.857)	(2.410)	
Incentivo fiscal PDI (i)	(11.759)	(10.858)	(11.759)	(10.858)	
Participação dos administradores	(2.617)	(1.768)	(2.617)	(1.768)	
Recuperação de IRPJ/CS (ii) IR/CS sobre resultados no Exterior	1.683	4.321 2.967	1.683	5.473	
Outras adições (exclusões)	(1.477)	2.967 4.783	(1.139)	2.967 (47)	
Adições e exclusões temporárias	(1.4//)	4./03	(1.139)	(4/)	
Prejuízos fiscais				2.581	
	88.952	93.372	151.937	146.203	
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(111.282)	(80.174)	(177.215)	(134.562)	
Diferido	22.330	(13.198)	25.278	(11.641)	
		<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	
	88.952	93.372	151.937	146.203	

⁽i) Incentivo - Programa de desenvolvimento industrial

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 448.450.042 (448.450.042 em 31 de dezembro de 2010) ações nominativas, sendo 170.812.872 ordinárias e 277.637.170 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 144.956.838 (156.690.470 em 31 de dezembro de 2010) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

⁽ii) Impostos sobre provisões tributárias

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- . Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 2.078.282 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 6,0073 (em reais um) por ação. O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 14.735. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3° do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM n° 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

Juros sobre o capital próprio -Lei nº 9.249/95 e dividendos

De acordo com a faculdade prevista na Lei n^{o} 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 54.509 (R\$ 45.228 em 2010) sendo R\$ 12.970 pagos a partir de 30 de junho de 2011, na razão de R\$ 0,029 para cada ação, R\$ 12.971 pagos a partir de 30 de setembro de 2011, na razão de R\$ 0,029 para cada ação, R\$ 12.945 pagos a partir de 31 de dezembro de 2011, na razão de R\$ 0,029 e R\$ 15.623 a serem pagos a partir de 30 de março de 2012, na razão de R\$ 0,035 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 18.533 (R\$ 15.378 em 2010), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Marcopolo propôs dividendos por conta do presente exercício, no valor de R\$ 111.593 (R\$ 104.814 em 2010) a serem pagos a partir de 30 de março de 2012, a razão de R\$ 0,25 por ação representativa do capital social da Companhia, aprovados em 9 de dezembro de 2011, pela Reunião do Conselho de Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício (Controladora)	342.303	296.048
Reserva legal (5%)	<u>(17.115</u>)	(14.802)
Base de cálculo para dividendos	325.188	281.246
Dividendos propostos pela administração	166.102	150.042
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	81.297	70.311
Dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório	84.805	79.731
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	54.509	45.228
Imposto de renda na fonte (15%)	(8.176)	(6.784)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	1.986	1.720
Valor líquido dos juros creditados	48.319	40.164
Dividendos creditados antecipadamente	111.593	104.814
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	159.912	144.978

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2011 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de resultados a distribuir.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

			Consolidado
Natureza do ativo	Valor patrimonial	2011	2010
Estoques e almoxarifados Prédios e conteúdos Veículos	Incêndio e riscos diversos Incêndio e riscos diversos Colisão, responsabilidade civil	407.869 515.007 20.497	202.933 476.314 7.20 <u>5</u>
		943.373	686.452

22 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2011, avais e/ou fianças no montante de R\$ 20.829 (R\$ 16.734 em 2010) e operações de vendor nas quais participa como interveniente garantidora no valor R\$ 6.079 em 2010 (posição zerada em 2011), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2011, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2011 uma parcela, e o saldo em fevereiro de 2012.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR), datado em 22 de dezembro de 2010, homologado no sindicato da categoria.

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

		<u>Controladora</u>	Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Custo dos produtos e serviços vendidos Despesas com vendas Despesas de administração	33.225 5.562 4.623	45.154 15.634 8.414	41.265 5.832 6.234	49.893 15.751 9.422	
	43.410	69.202	53.331	75.066	

24 Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Matérias-primas e materiais de consumo	1.589.671	1.361.236	2.404.363	1.961.360
Remuneração direta	275.902	221.275	418.568	349.739
Remuneração dos administradores	15.842	15.014	15.842	15.014
Participação dos empregados nos lucros e resultados	43.410	69.202	53.331	75.066
Encargos de depreciação, amortização	20.425	17.949	35.584	34.479
Despesas com previdência privada	8.845	7.614	8.845	7.614
Outras despesas	8.196	93.966	8.966	190.708
Custo total das vendas, de distribuição e despesas				
administrativas	1.962.291	1.786.256	2.945.499	2.633.980

25 Resultado financeiro

	Co	ontroladora	Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos (i)	26.951	44.991	32.584	52.233
Rendas de aplicações financeiras	82.480	47.833	87.703	51.899
Variação cambial (i)	68.853	70.064	84.137	70.082
Ajuste a valor presente de contas a receber	31.605	24.105	45.411	34.589
	209.889	186.993	249.835	208.803
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	36.817	31.615	45.159	47.806
Variação cambial (i)	78.560	58.862	102.462	58.865

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	Consolidado			
	2011	2010	2011	2010		
Despesas bancárias Ajuste a valor presente de fornecedores	4.863 21.476	2.854 14.634	6.313 28.42 <u>3</u>	5.527 18.440		
	141.716	107.965	182.357	130.638		
Resultado financeiro, líquido	68.173	79.028	67.478	78.165		

⁽i) Incluem variação cambial e juros incidentes sobre os derivativos, os quais estão detalhadas na Nota 5(e).

26 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo De operações continuadas	342.303	296.048	344.023	295.754	
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	446.372	446.042	446.372	446.042	
Lucro por ação - operações continuadas	0,7669	0,6637	0,7707	0,6631	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo De operações continuadas	342.303	296.048	344.023	295.754	
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	446.372	446.042	446.372	446.042	
Ajustes de Exercício das opções de compra de ações	2.078	2.408	2.078	2.408	
Lucro por ação - operações continuadas	0,7633	0,6602	0,7671	0,6595	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	C	onsolidado		<u>Industrial</u>		Financeiro	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa Ativos financeiros mensurados ao	904.318	672.123	850.257	617.932	54.061	54.191	
valor junto através do resultado	1.803	40.424	1.803	40.424			
Instrumentos financeiros derivativos	591	13.668	591	13.668			
Créditos	920.217	810.464	675.030	585.424	245.187	225.040	
Estoques	368.330	311.448	368.330	311.448			
Outras contas a receber	99.584	142.382	91.854	129.583	7.730	12.799	
	2.294.843	1.990.509	1.987.865	1.698.479	306.978	292.030	
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Créditos	433.825	425.700		1,222	433.825	424.478	
Outras contas a receber	199.799	199.517	183.781	183.073	16.018	16.444	
Investimentos	21.802	22.272	21.802	22.272			
Imobilizado	353.567	318.761	353.145	318.431	422	330	
Intangível	77.295	72.842	76.974	72.455	321	387	
	1.086.288	1.039.092	635.702	597.453	450.586	441.639	
Total do ativo	3.381.131	3.029.601	2.623.567	2.295.932	757.564	733.669	
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	324.261	306.901	324.261	306.901			
Empréstimos e financiamentos	612.529	267.412	429.807	101.797	182.722	165.615	
Instrumentos financeiros derivativos	4.690	788	429.807	788	102./22	105.015	
Outras contas a pagar	379.785	373.635	352.697	352.936	27.088	20.699	
	1.321.265	948.736	1 111 455	762.422	209.810	186.314	
	1.321.205	946./30	1.111.455	/02.422	209.810	160.314	
Não circulante							
Instituições financeiras	869.809	1.094.439	481.468	689.087	388.341	405.352	
Outras contas a pagar	18.565	23.036	18.565	20.771		2.265	
	888.374	1.117.475	500.033	709.858	388.341	407.617	
Participação de acionistas não							
controladores	9.348	7.496	9.348	7.496			
Patrimônio líquido	1.162.144	955.894	1.002.731	816.156	159.413	139.738	
•							
Total do passivo	3.381.131	3.029.601	2.623.567	2.295.932	757.564	733.669	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Demonstrativo de resultado						
Receita líquida	3.368.876	2.964.499	3.309.372	2.896.568	59.504	67.931
Custo dos produtos vendidos	(2.627.180)	(2.333.156)	(2.627.180)	(2.333.156)		
Lucro bruto	741.696	631.343	682.192	563.412	59.504	67.931
Despesas (receitas) operacionais						
Com vendas	(173.520)	(162.650)	(174.568)	(156.032)	1.048	(6.618)
Despesas de administração	(144.799)	(138.174)	(131.831)	(123.751)	(12.968)	(14.423)
Outras receitas (despesas) operacionais						
líquidas	(3.299)	26.189	1.336	29.366	(4.635)	(3.177)
Resultado da equivalência patrimonial	8.404	7.084	8.404	7.084		
Lucro operacional antes das participações						
societária e do resultado financeiro	428.482	363.792	385.533	320.079	42.949	43.713
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	249.835	208.803	249.835	208.708		95
Despesas financeiras	(182.357)	(130.638)	(182.357)	(130.638)		
Lucro antes do IR e CS	495.960	441.957	453.011	398.149	42.949	43.808
Imposto renda e contribuição social	(151.937)	(146.203)	(134.781)	(128.157)	(17.156)	(18.046)
Lucro líquido do exercício	344.023	295.754	318.230	269.992	25.793	25.762

Demonstrações dos fluxos de caixa por **28** segmento de negócio - método indireto

<u>2011</u> <u>2010</u> <u>2011</u> <u>2010</u> <u>2011</u>	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício 344.023 295.754 318.230 269.992 25.793	25.762
Fluxos de atividades operacionais:	_
Depreciação e amortização 35.584 34.479 35.404 34.319 180	160
Perdas na venda de ativos permanentes 9.742 12.417 9.742 12.417	
Equivalência patrimonial (8.404) (7.084) (8.404) (7.084)	
Provisão para créditos de liquidação	
duvidosa (5.780) 3.325 (4.331) 3.413 (1.449)	(88)
Imposto de renda e contribuição social	
diferidos (25.278) 11.641 (26.105) 11.710 827	(69)
Juros e variações apropriados 53.603 33.177 20.609 122 32.994	33.055
Participações dos não controladores 879 (784) 879 (784)	
Variação nos ativos e passivos	
(Aumento) redução contas a receber de clientes (106.816) (140.160) (78.771) (86.868) (28.045)	(53.292)
(Aumento) redução nos estoques (54.468) (75.610) (54.468) (75.610)	(00-)-)
(Aumento) redução outras contas a receber 56.970 1.208 52.302 14.913 4.668	(13.705)
(Aumento) redução títulos e valores mobiliários 63.424 (144.750) 63.424 (172.338)	27.588
Aumento (redução) fornecedores 16.391 100.052 16.391 100.052	=/.500
Aumento (redução) contas a pagar e provisões 1.916 134.920 (2.215) 123.851 4.131	11.069
Caixa líquido proveniente das atividades	
operacionais <u>381.786</u> <u>258.585</u> <u>342.687</u> <u>228.105</u> <u>39.099</u>	30.480

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Cor	Consolidado Segmento Industrial Segme		Segmento Industrial		egmento Financeiro	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Dividendos de subsidiárias	6.383	2.247	6.383	7.390		(5.143)	
Compras do permanente	(80.124)	(83.010)	(79.918)	(82.774)	(206)	(236)	
Recebimento na venda ativo imobilizado	(835)	(720)	(835)	(720)			
Caixa líquido usado nas atividades de							
investimentos	(74.662)	(81.483)	(74.456)	(76.104)	(206)	(5.379)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos							
Partes relacionadas		12	5	255	(5)	(243)	
Ganho na alienação de ações em tesouraria Dividendos e juros sobre o capital próprio	781	(10.923)	781	(10.923)			
pagos	(149.376)	(73.069)	(143.256)	(70.562)	(6.120)	(2.507)	
Captação de empréstimos e financiamentos	479.205	595.504	289.388	418.159	189.817	177.345	
Pagamento de empréstimos e juros	(408.641)	(513.585)	(185.926)	(335.086)	(222.71 <u>5</u>)	(178.499)	
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(78.031)	(2.061)	(39.008)	1.843	(39.023)	(3.904)	
Variação cambial s/caixa e equivalentes de caixa	3.102	(1.890)	3.102	(1.890)			
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	222 105	150 151	000.005	151.054	(100)	01 107	
equivalentes de caixa	232.195	173.151	232.325	151.954	(130)	21.197	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	672.123	498.972	617.932	465.978	54.191	32.994	
Caixa e equivalentes de caixa no							
fim do exercício	904.318	672.123	850.257	617.932	54.061	54.191	

Receita 29

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

		ontroladora	Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Vendas brutas de produtos e serviços Impostos sobre vendas e devoluções	2.773.698 (570.487)	2.461.406 (484.27 <u>4</u>)	4.133.517 (764.641)	3.635.800 (671.301)	
Receita líquida	2.203.211	1.977.132	3.368.876	2.964.499	

Informação adicional **30**

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Receita líquida por região geográfica

		Consolidado
	2011	2010
Brasil	2.849.156	2.436.300
África	53.991	187.144
Argentina	96.783	47.500
China	22.708	15.021
Colômbia	125.116	60.883
Emirados Árabes		749
Índia	88.493	95.293
México	122.016	99.379
Portugal	698	143
Ilhas Virgens	2.912	
Russia	441	
Uruguai		5.151
Egito	6.562	16.936
	3.368.876	2.964.499

(b) Ativos imobilizado, ágio e intangível por região geográfica

	2011	2010
Brasil África	323.203	276.893
Argentina	15.329 9.094	18.068 5.683
China Colômbia	1.755 14.332	610 13.243
Egito Índia	25.358 35.756	24.346 46.242
Ilhas Virgens México	5 5.977	6 6.388
Portugal Rússia	11 2	8 ₅
Uruguai	40	37
	430.862	391.603

Consolidado

Reconciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre os CPCs (Controladora) e os IFRS (Consolidado) está apresentado a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre CPCs (Controladora)e IFRS (Consolidado)

	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2011	2010	2011	2010
Saldos da Controladora (CPCs)	1.166.188	960.779	342.303	296.048
Reversão do ativo diferido em controlada (apresentado no saldo do investimento) Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.127) 2.083	(7.402) 2.51 <u>7</u>	1.275 (434)	742 (2 <u>52</u>)
Consolidado - atribuível aos acionistas da Marcopolo	1.162.144	955.894	343.144	296.538
Participação dos não controladores	9.348	7.496	879	(784)
Consolidado	1.171.492	963.390	344.023	295.754

32 Eventos subsequentes

(a) Aquisição de controlada

A Marcopolo assinou, no dia 12 de dezembro de 2011, contrato para a aquisição de 75% de participação na empresa Volgren Australia Pty. Limited, sediada em Melbourne, Austrália. O valor a ser desembolsado pela participação de 75% da Volgren consistirá de uma antecipação de A\$ 52,5 milhões (dólares australianos), e ajustes relativos à *performance* da Companhia com base no EBITDA dos próximos três anos. A Marcopolo detém o direito de exercer os demais 25% de participação ao final de três anos.

(b) Termo de compromisso de controlada em conjunto

A San Marino Ônibus e Implementos Ltda. assinou em 1º de fevereiro de 2012, termo de compromisso não vinculante com a empresa norte-americana Navistar, Inc. para a formação de uma parceria. O objetivo será a fabricação de ônibus completos com foco inicial nos mercados norte-americanos e da América do Sul. Através desta associação, a San Marino aumentará seu portfólio e expandirá sua atuação geográfica. Na nova configuração societária, a participação da Marcopolo na San Marino passará a ser de 33%.

(c) Joint venture

A Marcopolo informa que, por meio de sua controlada Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda, assinou em 15 de fevereiro de 2012, contrato para a formação de uma *joint venture* com a Twice Investimentos e Participações Ltda., formada pelos principais acionistas da Caio Induscar Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. O Objetivo da *joint venture* é a fabricação, para o mercado interno, de peças e acessórios utilizados em carrocerias para ônibus, bem como a produção de carrocerias específicas para o mercado externo. Destaca-se que a nova empresa deverá atuar com completa independência das partes, inclusive seus produtos deverão ter *design* e marca próprios. O investimento no primeiro ano será de R\$ 10,0 milhões, a ser aportado em uma base paritária entre os dois sócios.

* * *